



destaques do mês

Barateamento da conta de luz vai ser maior que o previsto, confirma Aneel

O Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Rufino, informou que o barateamento da conta de luz será de 18% para residências e comércio, e de até 32% para grandes indústrias. Esses índices são maiores que os previstos anteriormente pelo Governo. Em setembro, quando anunciou o plano para redução da tarifa de energia, a Presidente Dilma Rousseff informou que o corte seria, em média, de 16% para residências e comércio, e de até 28% para a indústria. Rufino confirmou que o corte maior será bancado com recursos do Tesouro Nacional. O aporte que o Tesouro precisará fazer para garantir o corte nas contas de luz subiu consideravelmente e chegará a R\$ 8,4 bilhões. Inicialmente, o Governo estimava contribuição de R\$ 3,3 bilhões. Para propiciar o corte de tarifas sem prejudicar as metas fiscais com esse novo ônus, o Governo teve que recorrer a um arranjo contábil, com a antecipação de receitas que tem para receber até 2023, relacionadas a empréstimo feito no passado à Itaipu Binacional. O Governo tem entre US\$ 14 bilhões e US\$ 15 bilhões a receber de Itaipu até esta data, segundo Maurício Tolmasquim, presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). (23.01.2013 — O Globo / Valor Econômico)

painel

■ Leilões de trechos da BR-040 e BR-116 são suspensos

O Governo adiou o leilão de concessão de trechos das estradas BR-040 e BR-116. Segundo a assessoria de imprensa da pasta, uma nova data ainda será anunciada, mas o leilão ocorrerá em breve. Mais informações no site: www.antt.com.br

Governo muda regras para pacote de concessões

O Governo Federal decidiu um novo patamar de retorno financeiro para os projetos de infraestrutura rodoviária e ferroviária que devem ser licitados no primeiro semestre. Nas condições previstas até agora, a taxa de retorno variava de 6% a 7% ao ano. O Governo anunciou novas regras, que podem elevar essa taxa para níveis entre 10,8% e 14,6%, como desejavam os empresários. No caso da licitação de rodovias, um dos problemas era a estimativa de receitas. O Governo reconheceu que havia superestimado o crescimento de tráfego das BRs 040 e 116 em Minas, o que levou ao cancelamento do leilão. Além da nova projeção de tráfego, o Governo aumentou o número de anos que o consórcio terá para explorar a concessão e o prazo para início de pagamento dos empréstimos e abrandou a exigência de garantias para o financiamento. No caso das rodovias, vencerá o leilão quem oferecer a menor tarifa de pedágio. Nas ferrovias, os projetos para 10 mil km também devem ficar mais atrativos. Os operadores ferroviários independentes, que serão criados nas novas concessões, terão taxas de retorno entre 13% e 16% - o dobro da prevista inicialmente. Porém, há um entrave, que é a definição de como será a remuneração das novas concessões e das que já estão em curso. Pelo projeto do Governo, a Valec comprará toda a capacidade de transporte e a revenderá aos usuários. Porém, o modelo nunca foi usado no Brasil e precisa ser detalhado. (06.02.2013 - Folha de São Paulo)

Setor privado quer ter 40% de participação no saneamento em 10 anos

O setor privado pretende elevar para 40% sua participação em projetos de saneamento no prazo de 10 anos. Já em 2012, as empresas avançaram bastante, com a celebração de dez contratos para serviços de água e esgoto que abrangem 21 cidades, somando investimentos de R\$ 1,23 bilhão, cifra 140% maior do que em 2011. Agora, a iniciativa privada soma 227 concessões de saneamento, atingindo 250 cidades. Os investimentos comprometidos até o final dos contratos superam R\$ 16 bilhões de acordo com a Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (ABCON). Roberto Muniz, Presidente da ABCON, explica que o setor público investiu aproximadamente R\$ 1,5 trilhão em saneamento desde 2003. Para a iniciativa privada, o setor esteve fechado até há poucos anos por conta da falta de marcos regulatórios. Roberto Muniz explica também que a entrada do setor privado em telecomunicações e rodovias, por exemplo, aumenta a maturidade nas relações entre prestador e consumidor e abre caminho para a percepção de que o serviço público pode ser gerido pelo setor privado com qualidade e eficiência. (28.01.2013 — Brasil Econômico)

Para o setor, MP dos Portos inibe investimentos

A comissão mista que debate a Medida Provisória 595 demonstra insatisfação entre empresários, trabalhadores e políticos da própria base governista. O lançamento do pacote dos portos pelo Planalto, cujo objetivo era destravar investimentos, gerou críticas quanto à fragilidade jurídica da MP, que revogou a Lei dos Portos. Após analisar a MP, publicada no dia 7 de dezembro, o setor, dividido entre os terminais de uso privado e de uso público, concorda que aprovado como está, o pacote pode ter um efeito contrário, inibindo investimentos. As principais emendas giram em torno das regras para terminais privados, que teriam sido favorecidos em relação aos de uso público, e das limitações à atuação dos órgãos gestores de mão de obra (Ogmos), responsáveis pela escalação dos trabalhadores portuários. Mesmo entre os defensores dos terminais privados há descontentamento. (24.01.2013 - Valor Econômico)

Energia não utilizada nos parques eólicos vai triplicar em 2013

O conjunto de parques eólicos que entram em operação, mas não possuem linhas de transmissão para fornecer energia ao sistema deve aumentar em 2013. De acordo com a Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica), 50 projetos de geração eólica estão previstos para entrar em operação ao longo do ano, mas os respectivos sistemas de transmissão possuem atrasos de 6 a 17 meses. Essas usinas respondem por 1,4 mil MW. As 50 usinas serão conectadas a cinco estações coletoras que pertencem à Chesf, subsidiária da Eletrobrás no Nordeste. Parte dos atrasos, segundo a Estatal, é causada pelo acúmulo de obras sob responsabilidade da empresa e pela demora na emissão das licenças pelos órgãos ambientais estaduais e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Apesar de não fornecerem energia ao sistema, as geradoras são remuneradas normalmente, por lei, logo após a conclusão dos parques eólicos. (17.01.2013 – Valor Econômico)

Linhas de transmissão terão prioridade no Ibama

O Coordenador-Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Thomaz Miazaki de Toledo, afirmou que os dois maiores empreendimentos de linhas de transmissão de energia em construção no País receberão suas licenças ambientais de operação até junho. O primeiro será a malha de quase 2.400 km que liga as usinas de Santo Antônio e Jirau, na cidade de Porto Velho (RO), até Araraquara, no interior de São Paulo. A malha dupla do “linhão” do Madeira tem orçamento de R\$ 3,2 bilhões. O segundo empreendimento que receberá licença de operação neste semestre é a linha de transmissão Tucuruí/Macapá/Manaus, de aproximadamente 1.800 km de extensão. O projeto também está em fase de conclusão e, assim que for acionado, fará a integração dos Estados do Amazonas, Amapá e do Oeste do Pará ao Sistema Interligado Nacional (SIN). (07.01.2013 - Valor Econômico)

Fifa vai custear serviços de telecomunicações para a Copa do Mundo

O Ministério das Comunicações e a Federação Internacional de Futebol (Fifa) assinaram em janeiro o acordo que estabelece as obrigações na área de telecomunicações para a Copa do Mundo de 2014. O acordo definiu que o Governo Federal será responsável por toda a infraestrutura fixa, que ficará como legado ao País, enquanto a Fifa custeará o que será usado apenas durante o Mundial. A previsão, até o momento, é que o Governo desembolse R\$ 380 milhões. Do total, R\$ 200 milhões foram repassados ao orçamento de 12 redes metropolitanas. Os outros R\$ 180 milhões, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) destinará para reforço, treinamento, equipamentos e rede, entre outros. O Secretário-Geral da Fifa, Jérôme Valcke, destacou que a área de comunicação é fundamental para a Copa. A Telebras, responsável pela infraestrutura de telecomunicações da Copa das Confederações e da Copa do Mundo de 2014, divulgou que 74% das obras executadas nas seis cidades-sede estão concluídas. Com relação às demais cidades, o percentual de execução está em 20%, atualmente em fase de licenciamento e projeto executivo. (29.01.2013 – Brasil Econômico)

Transnordestina em ritmo lento

Projetada para ser a principal ferrovia de integração dos Estados do nordeste, a Nova Transnordestina deveria ser inaugurada neste ano, mas o impasse financeiro entre a concessionária controlada pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e o Governo Federal praticamente paralisaram a construção nos últimos seis meses. O ponto da discórdia é o orçamento aprovado em 2005. Inicialmente previsto em R\$ 4,5 bilhões, foi acrescido de R\$ 900 milhões em 2008. Mesmo assim, a CSN, vencedora do leilão para construir e operar a ferrovia, garante que a verba não é suficiente e pressiona para novo acréscimo de R\$ 2,8 bilhões. Entre os motivos da revisão para mais do valor total, estão inundações e mudanças no traçado da ferrovia. O percurso entre o Cabo de Santo Agostinho (PE) e Porto Real do Colégio (AL), por exemplo, foi destruído pelas enchentes de 2000 e 2010. (10.01.2013 — Correio Braziliense)

Leilões de Galeão e Confins serão realizados em setembro

O Governo vai realizar os leilões de concessão dos aeroportos de Galeão e Confins no fim de setembro. A ideia é aprovar o texto do edital em agosto e entregar as propostas até 20 de setembro. Em portaria publicada no Diário Oficial da União, a Secretaria de Aviação Civil (SAC) autorizou a Estruturadora Brasileira de Projetos (EBP, formada por BNDES e outros bancos) a desenvolver os estudos preparatórios e com prazo para conclusão em 18 de abril. Segundo a SAC, o valor máximo do estudo de cada aeroporto será de R\$ 12,6 milhões. Os dois terminais exigirão investimentos de R\$ 11,4 bilhões, sendo R\$ 6,6 bilhões no Galeão e R\$ 4,8 bilhões em Confins. (31.01.2013 – O Globo)

Das termelétricas previstas para 2012, 47% não entraram em operação

Levantamento realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) mostra que 27 das 57 usinas termelétricas (47%) não cumpriram o cronograma de entrada em operação para 2012. Com o atraso, o País deixou de contar com até 3.154 MW, o equivalente a 65% do total da capacidade de geração das 57 termelétricas programadas para entrar em operação em 2012. Segundo o Diretor-Geral da Aneel, Nelson Hübner, boa parte das térmicas que atrasaram a operação são movidas a carvão e deveriam começar a gerar energia após de cinco anos da realização do leilão, mas, na verdade, acabaram contando com prazo inferior e insuficiente. Isso acontece porque o Governo costuma adiar esse tipo de leilão para tentar garantir o máximo de participação de usinas hidrelétricas, que têm energia mais barata. Entretanto, o prazo para a entrega da energia não muda com os adiamentos, e as usinas acabam tendo menos tempo para concluir as obras. O Diretor-Geral explicou também que o Governo estuda antecipar os leilões de contratação de energia para evitar que esses atrasos aconteçam. (06.02.2013 - G1)

Principal problema das operadoras é internet móvel, afirma Anatel

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) avaliou o serviço das empresas de telefonia celular e o principal problema encontrado é o acesso à internet móvel. Segundo o levantamento, as quatro principais operadoras do País têm desempenho inferior ao exigido pela Agência. A fiscalização foi feita entre os meses de agosto e outubro de 2012 e mostrou que, embora tenham chegado perto, nenhuma das quatro empresas conseguiu cumprir a meta de garantir 98% de sucesso nas tentativas de conexão com a internet. Foi a primeira avaliação que a Anatel fez sobre a qualidade dos serviços das operadoras depois que elas foram proibidas, temporariamente, de vender novos planos por causa do grande número de reclamações dos consumidores em 2012. De acordo com a Anatel, como o plano de melhoria de qualidade dos serviços deverá ser cumprido em dois anos, ainda não é o caso de aplicar punições. O levantamento mostra que as operadoras conseguiram cumprir outras metas, como o acesso à rede de voz e a redução nas interrupções de chamadas. (07.02.2013 - O Globo)

1. Energia Elétrica

1.1. Previsão para Entrada em Operação de Novos Geradores – Quadro Geral (ANEEL)

Previsão para Entrada em Operação (MW)

de 15 de dezembro de 2012 até 31 de dezembro de 2016

Usinas Hidrelétricas (UHE)						
Cenário	2012	2013	2014	2015	2016	Σ
Conservador	331	4.922	1.323	2.302	4.039	12.917
Otimista	331	4.952	1.323	2.302	4.494	13.401

Usinas Termelétricas (UTE)*						
Cenário	2012	2013	2014	2015	2016	Σ
Conservador	1.542	1.123	1.179	1.350	0	5.195
Otimista	1.565	1.522	1.179	1.942	650	6.859

Fontes Alternativas - PCHs, Biomassa e Eólica (F.A.)						
Cenário	2012	2013	2014	2015	2016	Σ
Conservador	465	2.528	673	565	0	4.231
Otimista	508	3.919	3.174	2.074	76	9.751

Somatório de UHE, UTE, F.A.						
Cenário	2012	2013	2014	2015	2016	Σ
Conservador	2.338	8.574	3.175	4.217	4.039	22.343
Otimista	2.403	10.394	5.675	6.319	5.220	30.011

Fonte: Elaboração própria com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)

Cenário conservador: considera somente as usinas sem restrições à entrada em operação.

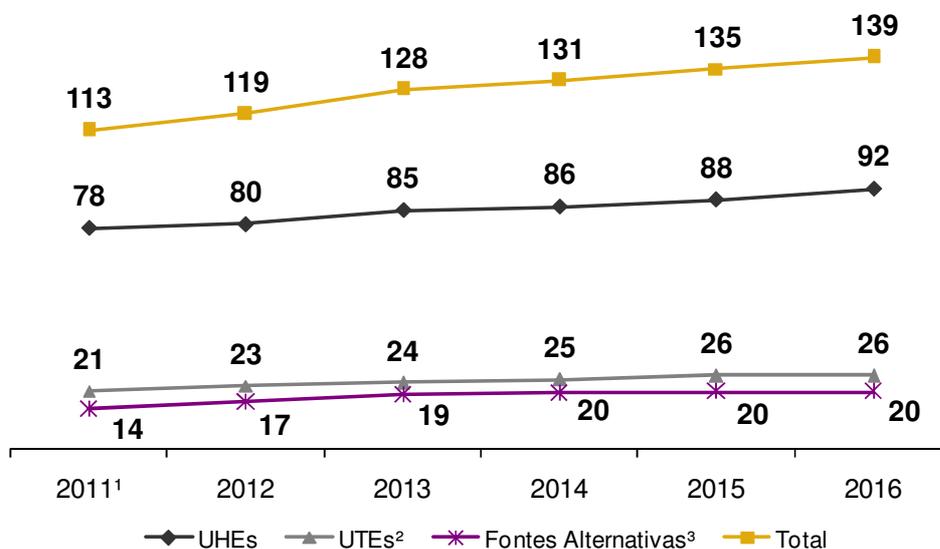
Cenário otimista: considera as usinas sem restrições à entrada em operação e as usinas com impedimentos tais como licença ambiental não obtida, obra não iniciada e contrato de combustível indefinido.

*Inclui as participantes e as não-participantes do Programa Proritário de Termelétricas.

As estimativas divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) indicam, no cenário conservador, o aumento de 4% ao ano na capacidade total de geração elétrica do País, considerando o período entre 15 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2016.

No cenário otimista, a previsão de expansão é de 30 mil MW no período 2012-2016. Nesse cenário, a taxa média de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica seria de 5,3% ao ano.

Previsão da Capacidade Instalada* (GW) Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.

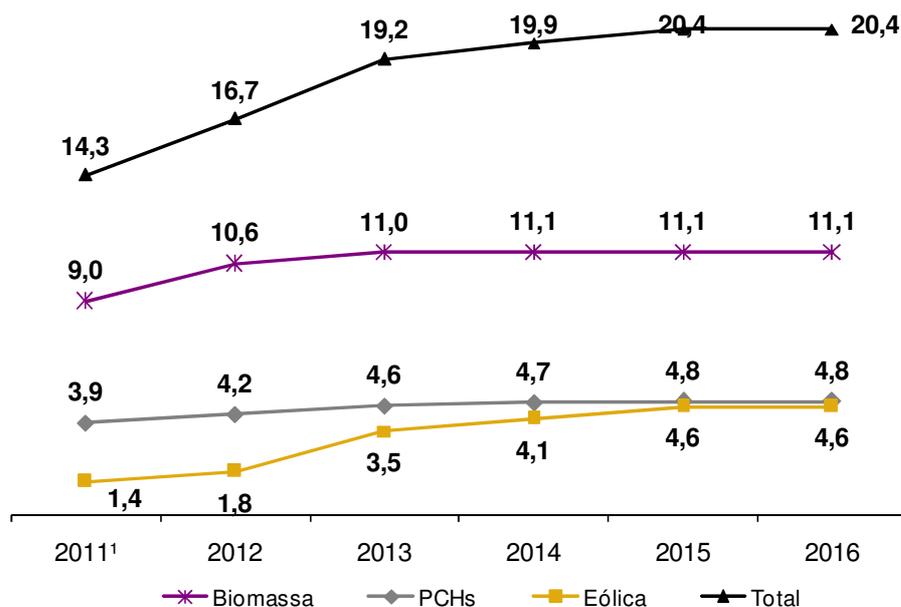
¹ Capacidade Instalada em 31/12/2011.

² UTEs movidas a carvão, gás natural, diesel e óleo combustível.

³ PCHs, UTEs movidas a biomassa e eólicas.

* Exclui Centrais Nucleares.

Previsão da Capacidade Instalada - Fontes Alternativas (GW) Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.

¹ Capacidade Instalada em 31/12/2011.

Entre 2011 e 2016, no cenário conservador, estima-se o crescimento de 18% da capacidade instalada no Brasil de usinas hidrelétricas (UHEs). O crescimento da geração térmica (UTES), também no cenário conservador, deve ser de 27% no mesmo período. Em dezembro de 2011, as UHEs representavam 69% da capacidade total instalada e em 2016 deverão representar 66%. A participação na capacidade total instalada das UTES deve aumentar de 18% para 19%.

A participação das usinas térmicas à biomassa deve permanecer em 8% e das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) deve permanecer em 3% em 2016.

A previsão conservadora para a participação das usinas eólicas na capacidade total instalada, em 2016, passará de 1% para 3%.

A estimativa conservadora de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica, em 2012, é superior à estimativa de crescimento do PIB elaborada pela CNI, respectivamente, 5,1% e 0,9%.

1.1.1. Geração Hidrelétrica e Termelétrica

Das UHEs com previsão para entrar em operação até 2016, Salto Curucaca (PR) apresenta restrição para a contratação de 30 MW, Baixo Iguaçu (PR) com 320 MW e São Roque (SC) com restrição de contratação de 135 MW. No cenário conservador, 12,9 mil MW devem entrar em operação até 2016.

Em relação às termelétricas, apesar da alta capacidade prevista para entrada em operação no cenário otimista, de 6,9 mil MW até 2016, apenas 5,2 mil MW (75%) não apresentam restrição ao andamento dos trabalhos. Para 2016, o único empreendimento previsto (650 MW) apresenta restrição a entrada em operação.

A usina hidrelétrica de Santo Antônio conta com dez unidades geradoras em operação comercial e duas em fase final de comissionamento. A expectativa da Santo Antônio Energia para o ano de 2013 é de totalizar pelo menos 24 máquinas em geração.

Essas máquinas estão conectadas ao sistema elétrico através do Back-to-Back da Subestação Coletora de Porto Velho, porém ainda há a alternativa de conexão ao Sistema Elétrico Regional Acre/Rondônia através da subestação provisória de 465 MVA.

A conexão final ao SIN dependerá da entrada em operação do 1o bipolo do Sistema de Transmissão do Madeira (HVDC), isto é, de uma das linhas 600 kV em corrente contínua e das Subestações Conversoras de Porto Velho 1 e Araraquara 1, já em comissionamento, com previsão de operação para o primeiro semestre deste ano.

A hidrelétrica de Jirau está conectada à Subestação Coletora de Porto Velho através de três linhas de transmissão em 500 kV, já implantadas, porém a geração das primeiras máquinas da usina de Jirau deverá ocorrer ao final do primeiro semestre de 2013, condicionada ao enchimento do reservatório, à conclusão da montagem eletromecânica e à realização dos testes de comissionamento.

Com a entrada em operação do primeiro bipolo e da UHE Jirau até o fim do primeiro semestre de 2013, as concessionárias de geração e transmissão do Complexo do Madeira, o ONS e até a própria ANEEL enfrentarão o desafio crescente de compatibilizar as interfaces entre os ensaios de comissionamento das diversas instalações e tecnologias envolvidas e a geração de energia das usinas hidrelétricas, associados à uma rede básica regional relativamente frágil, num contexto de demanda crescente e baixa acumulação nos reservatórios.

1.1.2. Geração a partir de Fontes Alternativas

No cenário conservador, a contribuição das PCHs deverá ser de 591 MW de potência adicional até 2016. Já no cenário otimista, até 2016, devem entrar em operação 1,3 mil MW. As três pequenas centrais hidrelétricas integrantes do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA) não têm previsão para a contratação dos 32 MW.

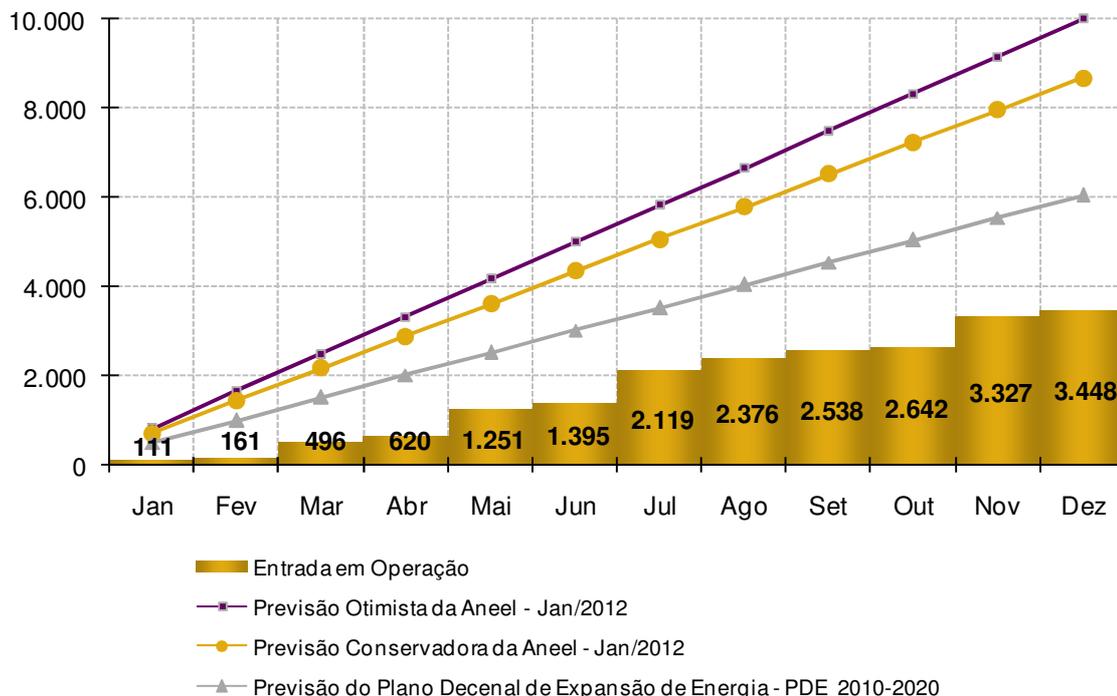
As usinas a biomassa devem acrescentar, no cenário conservador, 847 MW até 2016. No cenário otimista, a contribuição adicional total dessa fonte pode chegar a 1,7 mil MW para o mesmo período. As seis usinas a biomassa integrantes do PROINFA não têm previsão para entrada em operação.

No cenário conservador, as usinas eólicas devem acrescentar 2,8 MW no período. Na previsão otimista, espera-se um incremento de 6,8 mil MW até 2016.

1.1.3. Expansão da Capacidade de Geração

O gráfico apresentado a seguir ilustra os acréscimos mensais de capacidade geradora no sistema interligado nacional. As linhas representam uma média teórica de entrada uniforme de capacidade geradora para que a previsão seja atingida.

Expansão da Capacidade de Geração em 2012 (MW)

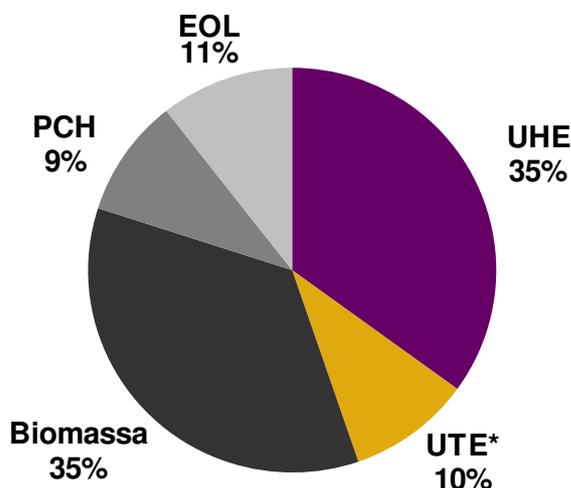


Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL e da EPE.

Em 2012, até 15 de dezembro, entraram em operação 3.448 MW. Desse total, as UTEs representaram 10% da potência total instalada. As UHEs representaram 35% da potência total instalada, no período, com a entrada em

operação de 1.206 MW. As PCHs e EOLs representaram cada uma, respectivamente, 9% e 10% da capacidade instalada no período. As UTEs a biomassa representam 35% da potência instalada.

Distribuição da Capacidade Instalada por Tipo de Usina (%) De 1º de janeiro a 15 de dezembro de 2012



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.

* Inclui UTEs a óleo combustível, óleo diesel, gás natural e carvão.

1.2. Consumo de Energia Elétrica (EPE)

O mercado nacional de fornecimento de energia elétrica a consumidores livres e cativos atingiu, em dezembro de 2012, 37.737 GWh, apresentando crescimento de 3% em relação a dezembro de 2011. Em 2012, o consumo de energia elétrica alcançou 448.246 GWh, representando um crescimento de 4%.

De acordo com a EPE, a expansão do consumo ocorreu principalmente nas classes residencial e comercial, explicado por razões conjunturais, como a temperatura especialmente elevada no último mês do ano, e estruturais, como a expansão na área de serviços.

Em dezembro de 2012, o consumo industrial de energia elétrica foi de 14.789 GWh, valor 3% inferior ao observado no mesmo mês de 2011. O consumo industrial de energia elétrica não apresentou crescimento em 2012. A Pesquisa Industrial Mensal do IBGE mostra que a produção industrial se reduziu 2,6% em 2012, redução que se observa na maioria dos subsetores, mas principalmente nos segmentos em que é intensivo o uso de eletricidade, como a cadeia da siderurgia e a da produção de alumínio.

Ainda de acordo com a EPE, em 2012, o setor de alumínio produziu volume 0,3% menor do que no ano anterior, o que repercutiu fortemente no consumo de energia elétrica nos estados do Maranhão e do Pará, onde o segmento tem grande participação. Em Minas Gerais e no Espírito Santo, onde o consumo de energia recuou 4% e 1,3%, respectivamente, sentiu-se mais a retração do setor siderúrgico, cuja produção caiu 1,5% em 2012. O volume exportado de aço bruto reduziu 10,4% no ano.

A fabricação de veículos também fechou o ano com queda de 1,9%, com impacto nos setores da cadeia, como borracha e plástico. Esse recuo afetou, em especial, o consumo de energia em São Paulo, que, no ano, caiu 0,7%, e no Rio Grande do Sul (queda de 1,6%). No caso do Rio Grande do Sul, houve também a influência da retração de 22% das exportações do Estado para a Argentina.

Consumo de Energia Elétrica por Classe (GWh)

Classe	Dezembro 2011	Dezembro 2012	Var. %	Jan-Dez 2011	Jan-Dez 2012	Var. %
Residencial	9.513	10.136	7	112.072	117.560	5
Industrial	15.236	14.789	-3	183.576	183.658	0
Comercial	6.495	7.094	9	73.493	79.279	8
Outras	5.480	5.718	4	62.711	67.749	8
Total	36.724	37.737	3	431.852	448.246	4

Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.

2. Petróleo

2.1. Produção, Comércio Exterior e Processamento de Petróleo (ANP)

A produção nacional de petróleo no mês de novembro de 2012 foi de 63 milhões de barris equivalentes de petróleo (bep), volume 7% inferior ao produzido no mesmo mês do ano anterior. O crescimento da produção de petróleo no acumulado do ano foi 2% inferior em comparação a 2011.

O grau API médio do petróleo produzido em novembro de 2012 foi de aproximadamente 24,1°, sendo que 9% da produção foi considerada óleo leve (maior ou igual a 31°API), 58% foi considerada óleo médio (entre 22°API e 31°API) e 33% foi considerado óleo pesado (menor que 22°API).

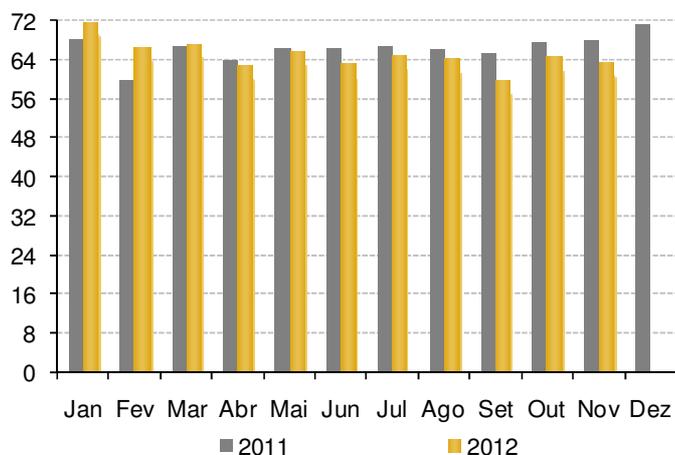
O volume correspondente ao processamento de petróleo nas refinarias nacionais, em novembro de 2012, foi de 60 milhões de bep. Esse volume foi 1% superior ao observado em novembro de 2011. No acumulado do ano, o crescimento foi de 4% em relação ao acumulado do ano anterior.

De acordo com a ANP, em novembro de 2012, cerca de 91% da produção de petróleo do Brasil foi extraída de campos marítimos.

O volume de petróleo exportado pelo País, em novembro de 2012, foi de 16 milhões de bep, valor 2% superior ao exportado em novembro de 2011 representando uma recuperação na exportação de petróleo em relação a outubro de 2012 de 91%. No acumulado do ano, esse volume foi 9% inferior em comparação ao mesmo período do ano anterior.

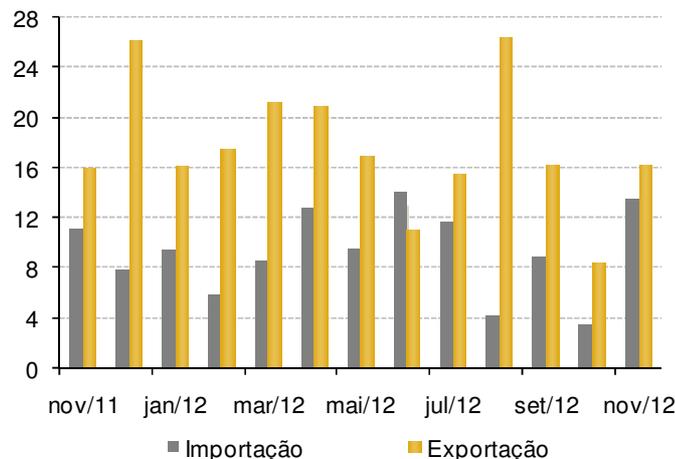
O preço médio do petróleo importado pelo País, em novembro de 2012, foi de US\$ 114,54/barril, valor 5% inferior ao observado em novembro de 2011.

**Produção Nacional de Petróleo
(milhões bep)**



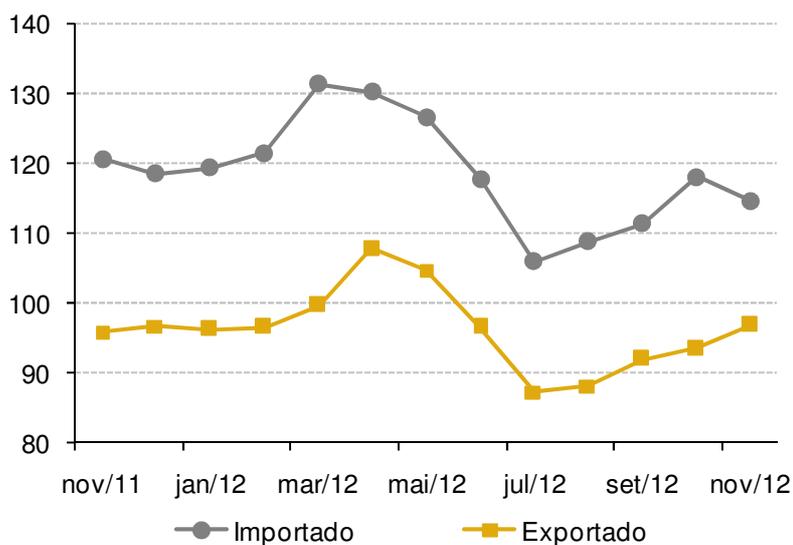
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

**Importação vs. Exportação de Petróleo
(milhões bep)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

**Preço Médio do Petróleo Importado e Exportado
(US\$ FOB/barril)**

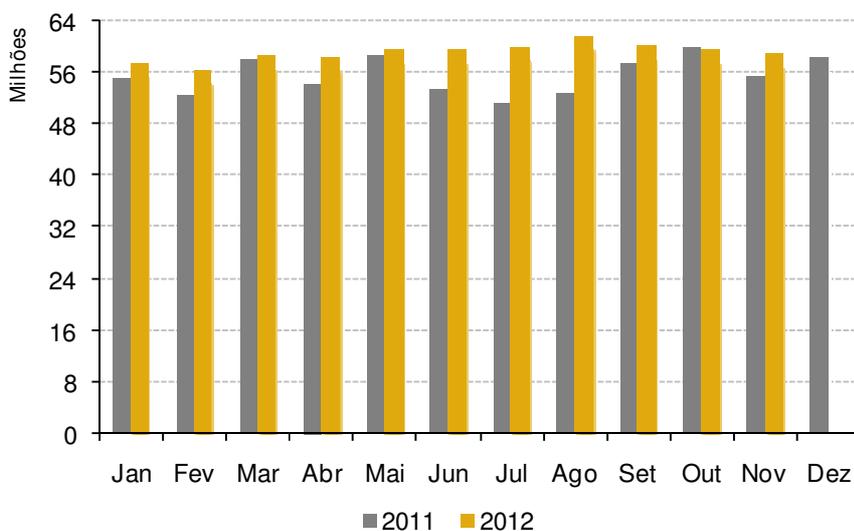


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.2. Produção e Comércio Exterior de Combustíveis Derivados de Petróleo (ANP)

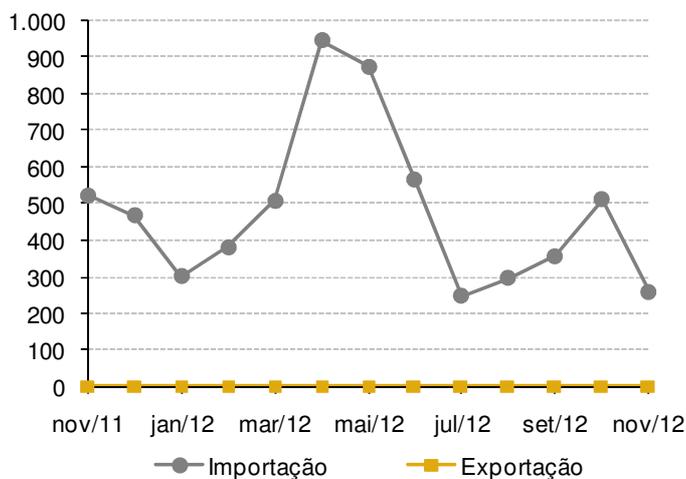
Em novembro de 2012, a produção nacional de derivados de petróleo foi de 59 milhões bep (1 bep equivale a 0,15 m³) apresentou valor 6% superior ao produzido em novembro de 2011. Até novembro de 2012, a produção no ano apresentou aumento de 7% quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Produção de Derivados de Petróleo (milhões bep)



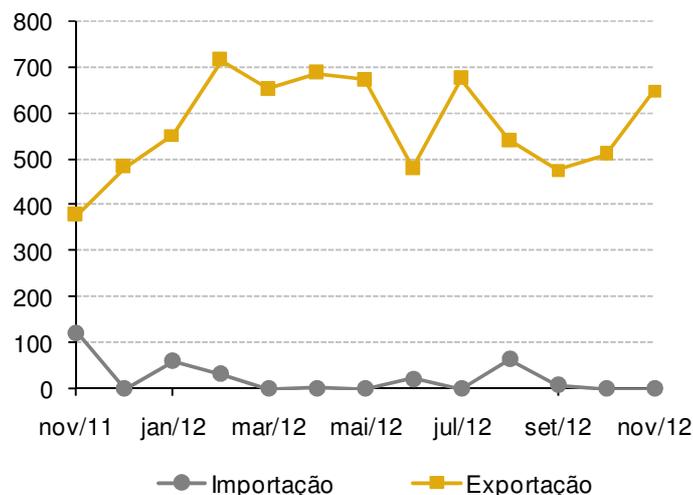
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Nafta (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Óleo Combustível (mil m³)

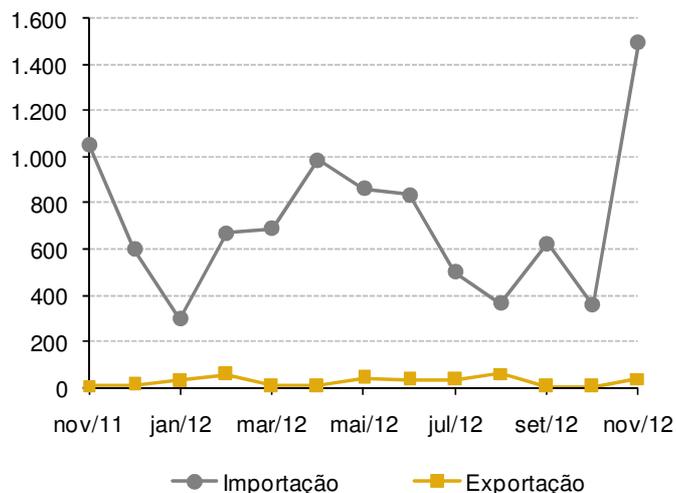


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

A importação de derivados de petróleo, em novembro de 2012, foi de 21 milhões bep, valor 22% superior ao registrado em novembro do ano anterior. Até novembro, o volume de derivados importado no ano foi 9% inferior ao observado no mesmo período do ano anterior.

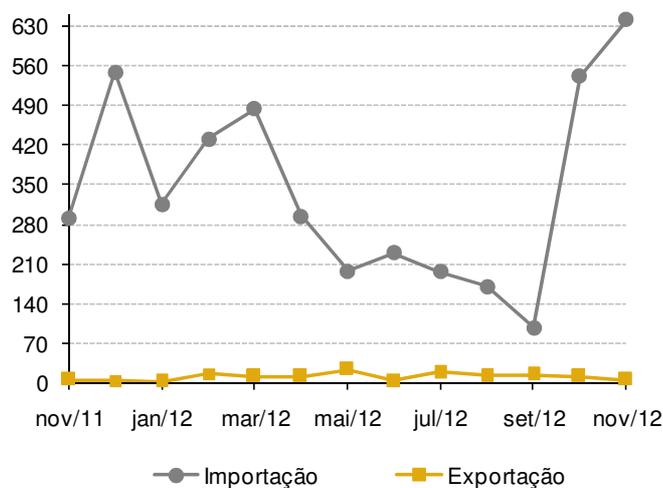
Com respeito à exportação de derivados de petróleo, em novembro de 2012, foi constatado um total de 9 milhões bep, o que representa um volume 36% superior ao mesmo mês de 2011. No acumulado do ano, esse volume foi 10% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior.

Importação e Exportação de Óleo Diesel (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Gasolina (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.3. Dependência Externa (ANP)

Em novembro de 2012, o Brasil registrou uma dependência externa positiva de 13% na balança comercial de petróleo e derivados. Em outras palavras, a importação líquida de petróleo e derivados foi de 9 milhões de bep frente a um consumo aparente de 73 milhões de bep. No acumulado do ano, a dependência externa foi negativa em 4%.

Dependência Externa de Petróleo e Derivados (milhões bep)

	nov/2011	jan-nov/2011	nov/2012	jan-nov/2012
Produção de Petróleo (a)	68	724	64	713
Imp. Líq. de Petróleo (b)	-5	-94	-3	-84
Imp. Líq. de Derivados (c)	11	80	12	56
Consumo Aparente (d)=(a+b+c)	74	710	73	685
Dependência Externa (e)=(d-a)	6	-14	9	-28
Dependência Externa (%) (e)/(d)	8	-2	13	-4

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.4. Balança Comercial (ANP)

A balança comercial brasileira de petróleo e derivados, em novembro de 2012, apresentou saldo negativo de US\$ 1,5 bilhão FOB. Ou seja, o Brasil importou US\$ 1,5 bilhão FOB a mais do que exportou. No mesmo mês do ano anterior, esse saldo havia sido negativo em US\$ 1 bilhão FOB.

No acumulado do ano, a balança apresentou saldo negativo de US\$ 1,1 bilhão FOB.

Balança Comercial de Petróleo e Derivados (milhão US\$ FOB)

	nov/11	jan-nov/2011	nov/12	jan-nov/2012
Petróleo				
Receita com exportação (a)	1.523	19.258	1.574	18.008
Dispêndio com importação (b)	1.335	13.203	1.559	12.175
Balança Comercial (c)=(a-b)	187	6.055	15	5.833
Derivados				
Receita com exportação (d)	709	8.736	918	9.953
Dispêndio com importação (e)	1.875	17.877	2.479	16.894
Balança Comercial (f)=(d-e)	-1.166	-9.141	-1.561	-6.941
Petróleo e Derivados				
Receita Total com exportação (g)=(a+d)	2.231	27.994	2.492	27.961
Dispêndio Total com importação (h)=(b+e)	3.210	31.079	4.038	29.069
Balança Total (i)=(g)-(h)	-979	-3.085	-1.546	-1.108

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

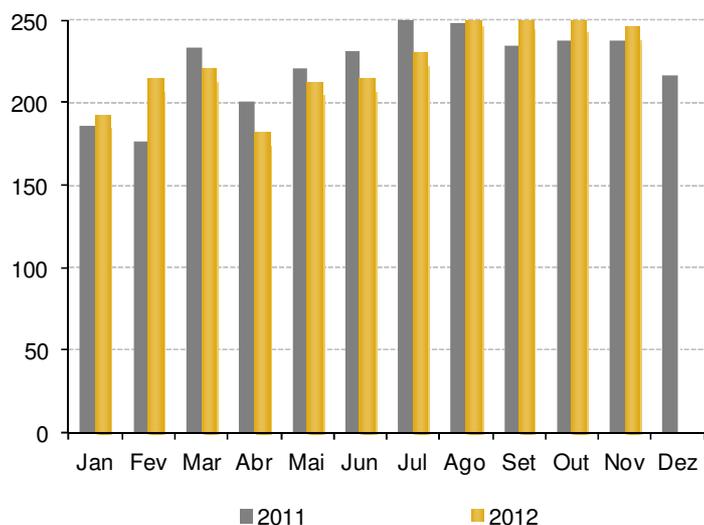
3. Biocombustíveis

3.1. Produção de Biodiesel (ANP)

A produção nacional de biodiesel, em outubro de 2012, foi de 250 mil m³, montante 5% superior ao produzido em novembro de 2011. No acumulado do ano, a produção foi similar.

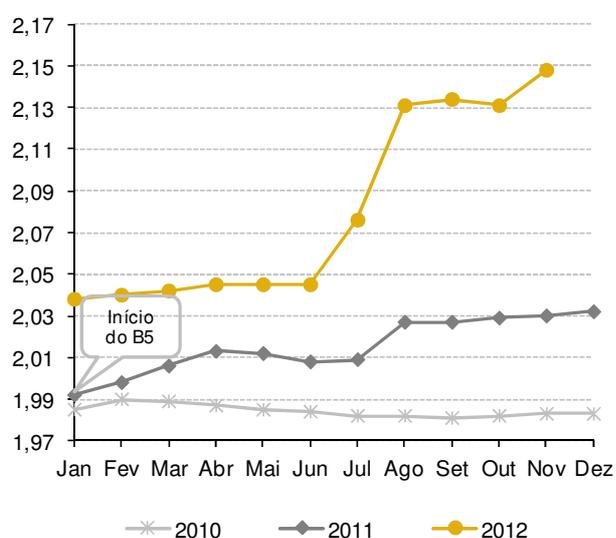
O preço do óleo diesel (misturado com biodiesel), em outubro de 2012, foi de R\$ 2,13/ ℓ, valor 5% superior observado em outubro de 2011.

Produção de Biodiesel
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço ao Consumidor do Diesel B5
(R\$/ℓ)*



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

* B2,B3,B4,B5: respectivamente, 2%,3%,4%,5% de biodiesel no óleo diesel

3.2. Álcool

3.2.1. Produção de Álcool e Açúcar (MAPA)

A safra 2012/2013 produziu, até o dia 1º de dezembro de 2012, 21.669 mil m³ de álcool, sendo 12.804 mil m³ referentes à produção de álcool etílico hidratado (59%). Em relação ao mesmo período da safra 2011/2012, houve uma diminuição de 5% na produção de álcool hidratado.

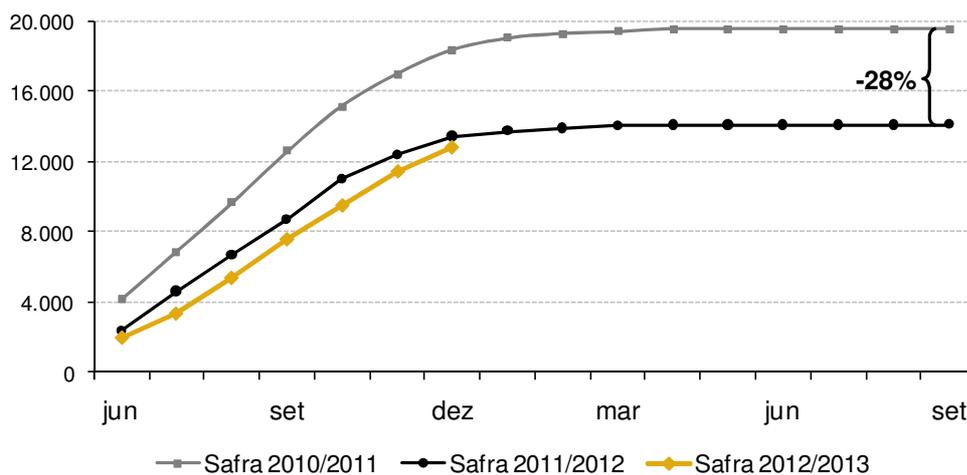
A produção total de álcool foi similar em relação à safra anterior, com queda na produção do álcool hidratado e alta do álcool anidro.

A produção de açúcar apresentou alta. Até 1º de dezembro de 2012, produziu-se 34.932 mil ton de açúcar, volume 5% superior ao observado no mesmo período da safra 2011/2012.

	Safra 2011/2012 (até 1º de dezembro de 2011)	Safra 2012/2013 (até 1º de dezembro de 2012)	Varição (%)
Álcool Anidro (mil m ³)	8.166	8.865	9
Álcool Hidratado (mil m ³)	13.429	12.804	-5
Total Álcool (mil m³)	21.595	21.669	0
Açúcar (mil ton)	33.351	34.932	5

Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

Produção de Álcool Etílico Hidratado (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

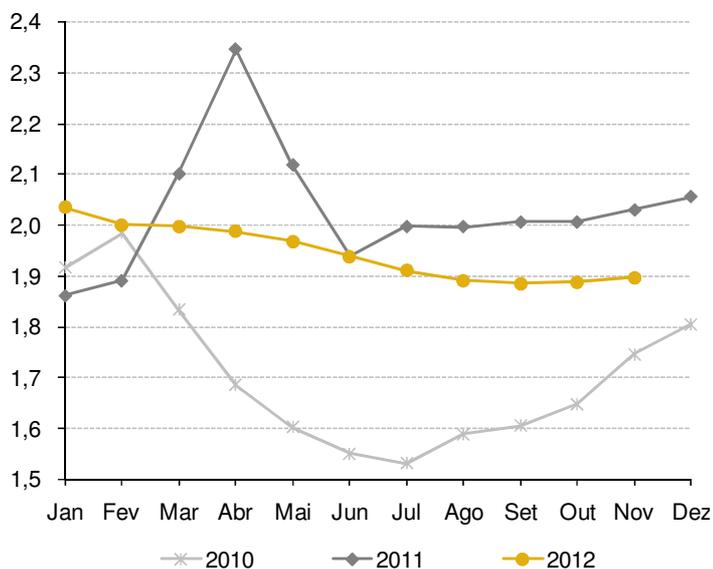
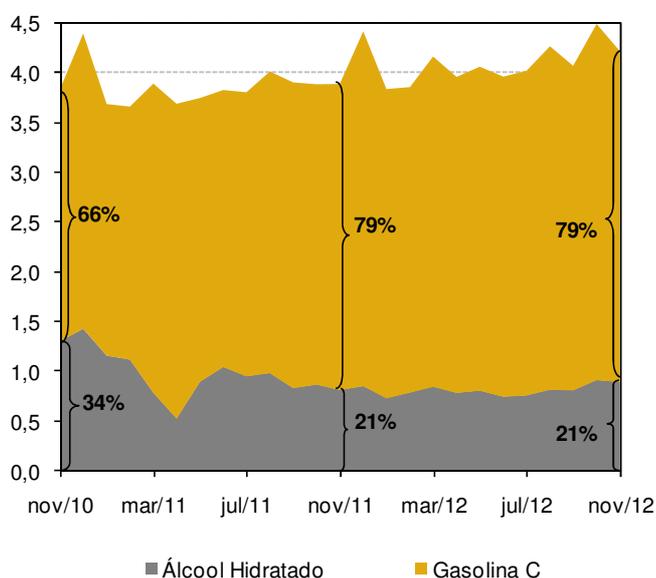
3.2.2. Vendas de Álcool Etílico Hidratado (ANP)

As vendas de álcool etílico hidratado foram de 898 mil m³ em novembro de 2012. Esse número representa um aumento de 10% em relação a novembro de 2011. No acumulado do ano, as vendas foram 11% inferiores às ocorridas no mesmo período do ano anterior.

Em novembro de 2012, o preço médio ao consumidor do álcool etílico hidratado foi de R\$ 1,90/ℓ, valor 7% superior ao registrado em novembro de 2011.

Vendas de Álcool Etílico Hidratado e Gasolina C¹ (milhão m³)

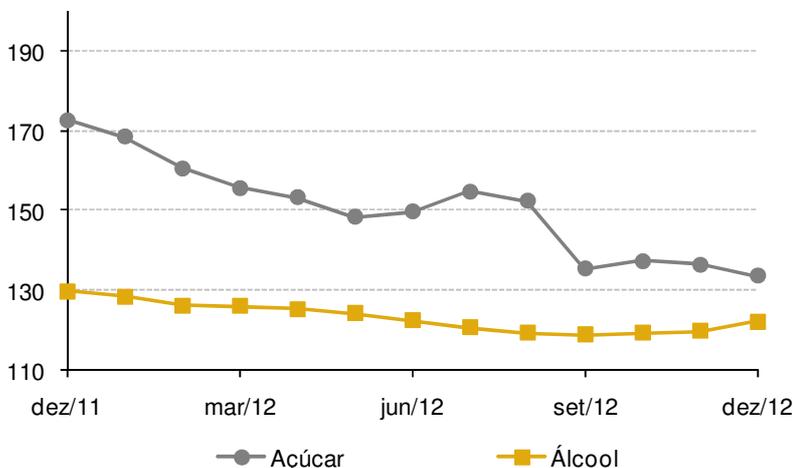
Preço ao Consumidor do Álcool Etílico Hidratado (R\$/ℓ)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

¹Gasolina C: Gasolina A + percentual de Álcool Anidro.
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Índice de Preço do Açúcar* e do Álcool Etílico Hidratado (jan/07 = 100)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP e da ESALQ/USP.

* Foi considerado o preço do açúcar cristal observado no Estado de São Paulo, no 1º dia útil de cada mês, divulgado pela ESALQ/USP.

4. Gás Natural

4.1. Produção, Importação e Oferta Interna de Gás Natural (ANP)

A produção nacional diária média de gás natural, em novembro de 2012, foi de 73.320 mil m³, representando um aumento de 8% comparado à média verificada em novembro de 2011. No acumulado do ano, esse valor foi 7% superior ao apresentado no mesmo período de 2011.

A importação de gás natural realizada pelo País em novembro de 2012 foi de 46.298 mil m³/dia. A oferta total líquida desse energético, descontando o gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção, naquele mês, foi de 97.105 mil m³/dia. Este montante é 35% superior ao observado em novembro de 2011. No acumulado do ano, a oferta total de gás natural foi 19% superior ao observado no mesmo período do ano anterior.

A proporção de gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção (E&P) foi de 31% em novembro de 2012. Em novembro de 2011, essa proporção havia sido de 38%.

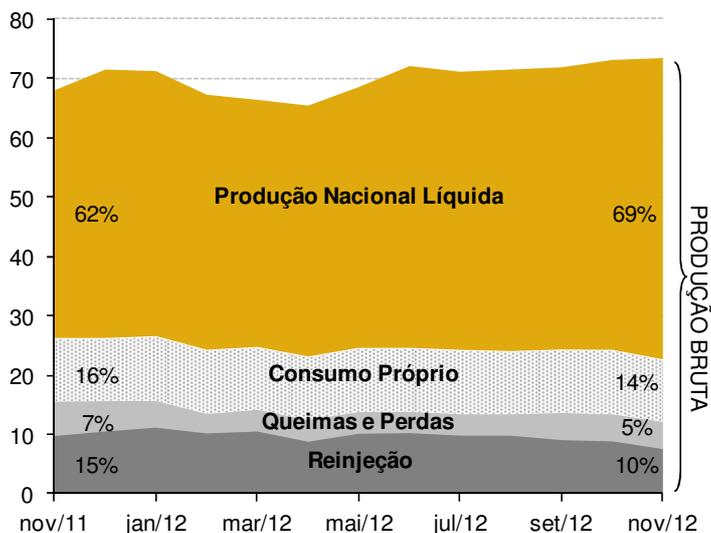
Balanço do Gás Natural no Brasil (mil m³/dia)

	Média em nov/2011	Média do período jan-nov/2011	Média em nov/2012	Média do período jan-nov/2012
Produção Nacional¹	67.868	65.434	73.320	70.050
- Reinjeção	9.861	11.114	7.688	9.740
- Queimas e Perdas	5.736	4.783	4.540	3.910
- Consumo Próprio	10.504	10.122	10.285	10.534
= Produção Nac. Líquida	41.766	39.416	50.808	45.866
+ Importação	30.257	29.063	46.298	35.450
= Oferta	72.023	68.479	97.105	81.316

¹Não inclui Gás Natural Liquefeito.

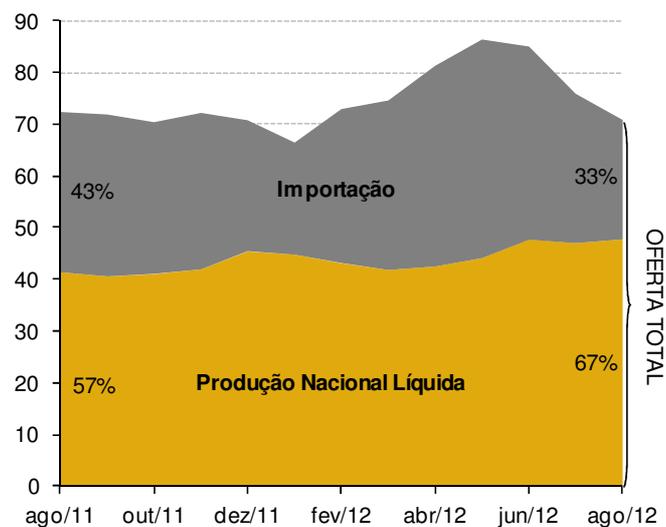
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Produção Nacional Bruta de Gás Natural (milhão m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Oferta Total de Gás Natural (milhão m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

4.2. Consumo de Gás Natural (ABEGÁS)

O consumo de gás no País em dezembro de 2012 foi, em média, de 66 milhões de m³/dia. Essa média é 41% superior ao volume médio diário consumido em dezembro de 2011. No acumulado do ano, o consumo nacional foi 19% superior ao observado no mesmo período do ano anterior.

Consumo de Gás Natural por Segmento

	médio (mil m ³ /dia)		Variação %	
	dez/12	jan-dez/2012	dez-2012/ dez-2011	Acumulado do Ano
Industrial	25.358	28.845	-7	-2
Automotivo	5.538	5.415	-4	-2
Residencial	911	871	5	6
Comercial	748	683	-2	5
Geração Elétrica	25.557	7.949	152	98
Co-geração*	2.601	2.994	-13	-2
Outros	4.819	896	396	204
Total	65.532	47.652	41	19

*O segmento co-geração contempla os consumos de co-geração industrial e co-geração comercial.

Fonte: Elaboração própria com dados da Abegás.

O setor industrial, em dezembro de 2012, consumiu 25 milhões de m³/dia de gás natural, o que representa uma diminuição de 7% em relação ao mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, o consumo médio diário da indústria foi 2% inferior em relação ao mesmo período de 2011.

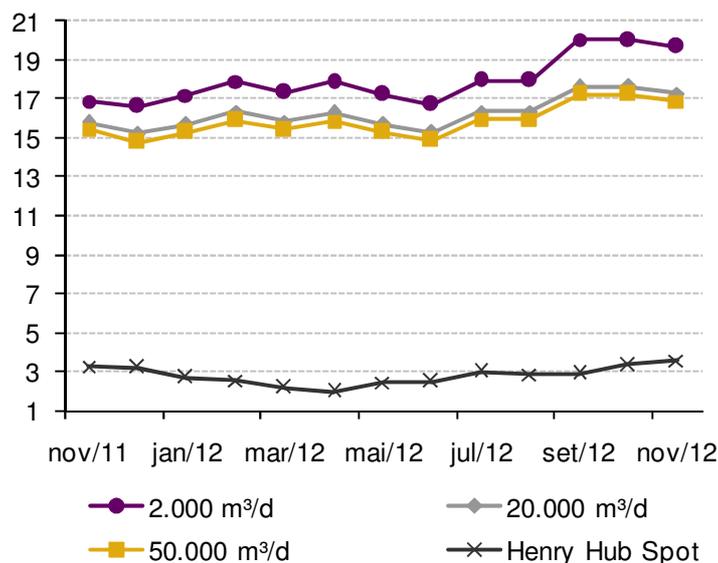
A indústria foi responsável por 39% do volume total de gás consumido em dezembro de 2012. O setor foi seguido pela geração elétrica responsável por 39% do consumo de gás natural em novembro de 2012. No acumulado do ano, o despacho térmico cresceu 98%.

4.3. Preço do Gás Natural (MME)

O preço médio do gás natural ao consumidor industrial, em novembro de 2012, foi de US\$ 17,95/MMBtu, valor 12% superior ao apresentado em novembro de 2011 (US\$ 16,03/MMBtu). Esse valor inclui impostos e custos de transporte.

Em novembro de 2012, o preço médio do gás natural no mercado spot Henry Hub foi de US\$ 3,54/MMBtu, valor 9% superior ao apresentado em novembro de 2011 (US\$ 3,24/MMBtu). Esse preço não inclui impostos, transporte nem margem do distribuidor e é estabelecido nos dias úteis em negociações para entrega no dia seguinte.

Preço Médio do Gás Natural: Consumidor Industrial¹ e do Mercado Spot Henry Hub² (US\$/MMBtu)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia e do Governo de Nebraska (EUA).

¹ Preço com impostos e custo de transporte. Média mensal.

² Preço sem impostos e custo de transporte. Média ponderada mensal das cotações diárias.

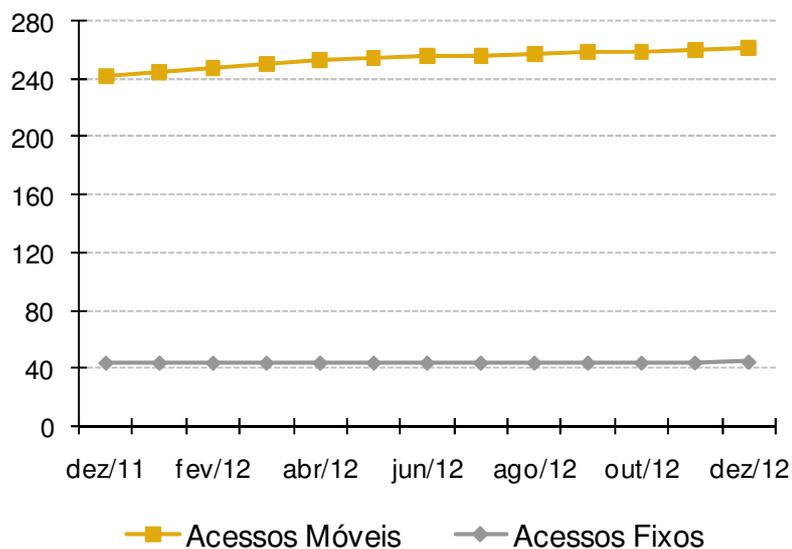
5. Telecomunicações

5.1. Indicadores do Serviço de Telefonia Fixa Comutada e Acessos Móveis (ANATEL)

Em dezembro de 2012, o número de acessos móveis em operação foi de 262 milhões, montante 8% superior ao mesmo mês do ano anterior. O crescimento da quantidade de acessos nos últimos 12 meses tem sido de aproximadamente 0,7% ao mês.

Desde dezembro de 2008, os acessos fixos apresentam tendência de estagnação. Em dezembro de 2012, o número de acessos fixos foi de 44,9 milhões, valor 1,7% superior ao averiguado em dezembro de 2011.

Evolução dos Acessos Móveis e Fixos em Operação (milhão)



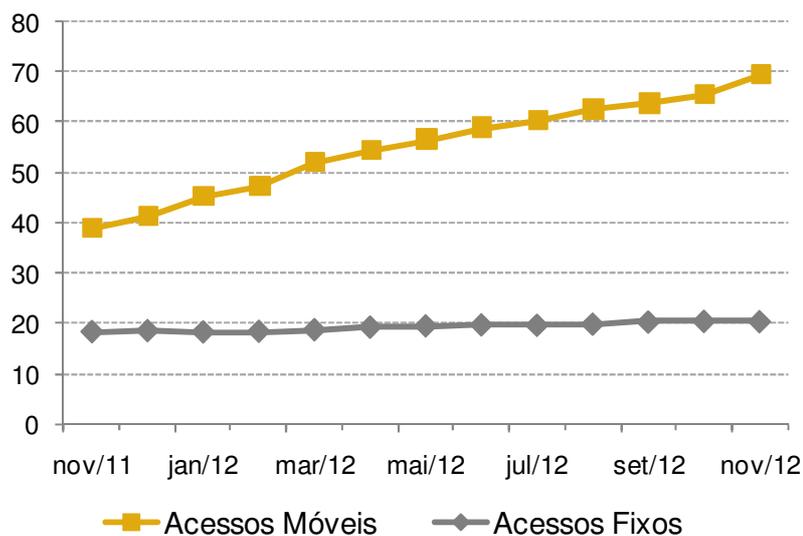
Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

5.2. Serviços Contratados Ativos de Internet Móvel e Fixa (ANATEL)

O número total de acessos de internet móvel ativos comercializados em novembro de 2012 foi de 69 milhões. Montante 78% superior ao observado no mesmo período de 2011. Em relação a outubro de 2012, os acessos de internet móvel foram 5,8% superiores.

Os acessos totais de internet fixa vêm crescendo em ritmo inferior ao observado nos acessos móveis. Houve no mês de novembro de 2012, um crescimento de 11% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Em relação a outubro de 2012, os acessos à internet fixa foram similares.

Evolução do Total de Acessos ativos de Internet Móvel¹ e Fixa² (milhão)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANATEL

¹ WCDMA, M2M e Banda Larga Móvel

² Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)

6. Transportes

6.1. Portos Selecionados e Terminais de Uso Privativo (ANTAQ)

Em novembro de 2012, a movimentação de granel sólido nos portos públicos e nos terminais de uso privativo (TUPs) foi similar, enquanto a movimentação de granel líquido foi 4% superior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

A movimentação total de cargas nos portos públicos e TUPs, em novembro de 2012, foi 1% superior em comparação com o mesmo mês do ano anterior.

Em novembro de 2012, os TUPs representaram 71% da movimentação total de carga nos portos e terminais. A movimentação total nos TUPs foi de 47.555 mil toneladas, volume 2% inferior a novembro de 2011. Os portos públicos movimentaram 19.463 mil toneladas em novembro de 2012, volume 7% superior ao mesmo mês do ano anterior.

A quantidade de contêineres movimentados em todos os portos organizados e terminais privados do País em novembro de 2012 foi de 664.402 TEUs (*twenty-foot equivalent unit*), montante 2% inferior ao observado no mesmo mês do ano anterior.

Movimentação Total de Cargas – por natureza* (mil t)

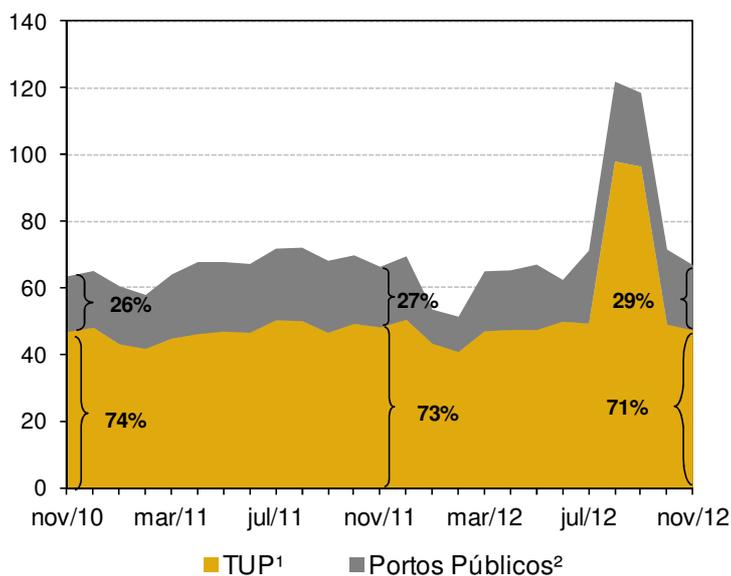
	Período		Variação %
	Nov/2011	Nov/2012	Nov-2012 / Nov-2011
Granel Sólido (a)	45.083	44.955	0%
<i>Portos Públicos</i>	13.247	14.341	8%
<i>TUPs</i>	31.836	30.614	-4%
Granel Líquido (b)	17.322	18.069	4%
<i>Portos Públicos</i>	3.664	3.940	8%
<i>TUPs</i>	13.658	14.129	3%
Carga Geral Solta (c)	3.856	3.995	4%
<i>Portos Públicos</i>	1.272	1.183	-7%
<i>TUPs</i>	2.584	2.812	9%
Total (a+b+c)	66.262	67.018	1%
<i>Portos Públicos</i>	18.183	19.463	7%
<i>TUPs</i>	48.078	47.555	-2%

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

* Terminais de uso privativo (104 instalações)

Portos públicos (33 instalações)

Movimentação Total de Cargas (milhões t)

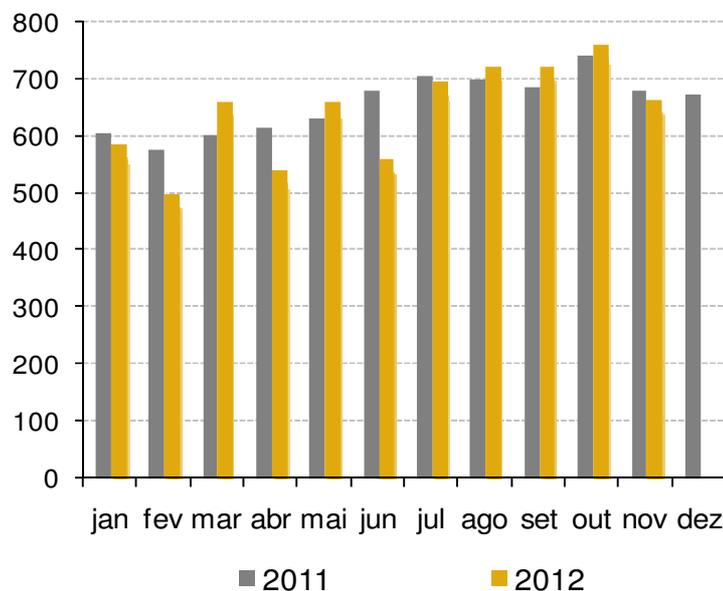


Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

¹ Terminais de uso privativo (104 instalações)

² Portos públicos (33 instalações)

Movimentação Total de Contêineres* (milhões TEUs)



Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

* Terminais de uso privativo (104 instalações)

Portos públicos (33 instalações)

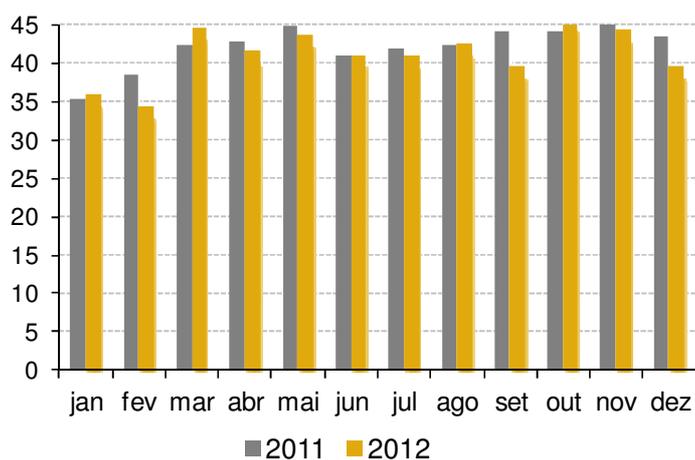
6.2. Transporte Aéreo (INFRAERO)

Até o fechamento desta edição, a INFRAERO não havia homologado os dados de movimentação de carga dos meses de novembro e dezembro de 2012 para os aeroportos de Campinas e Guarulhos. As análises sobre a movimentação de carga irão considerar os totais sem o volume movimentado desses aeroportos.

Em dezembro de 2012, 15,7 milhões de passageiros transitaram pelos aeroportos da Infraero, volume 3% inferior ao ocorrido no mesmo mês de 2011. Exceção à dezembro, observa-se um crescimento contínuo da movimentação dos passageiros.

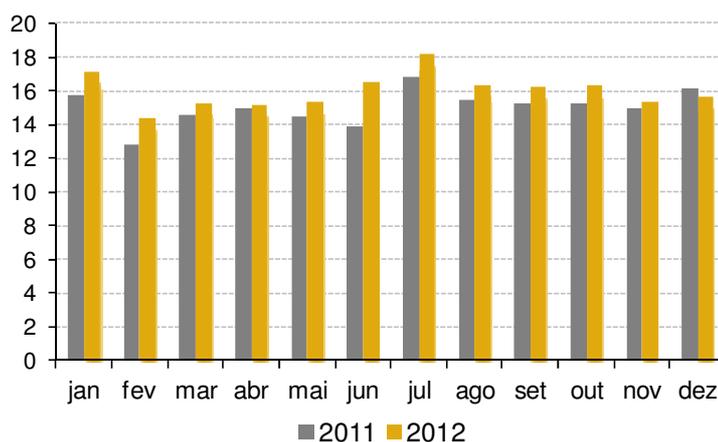
A movimentação de carga aérea total no País, em dezembro de 2012, foi de 40 mil toneladas, montante 9% inferior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior (desconsiderando a movimentação realizada nos aeroportos de Campinas e Guarulhos).

Movimentação mensal de Cargas
(mil toneladas)



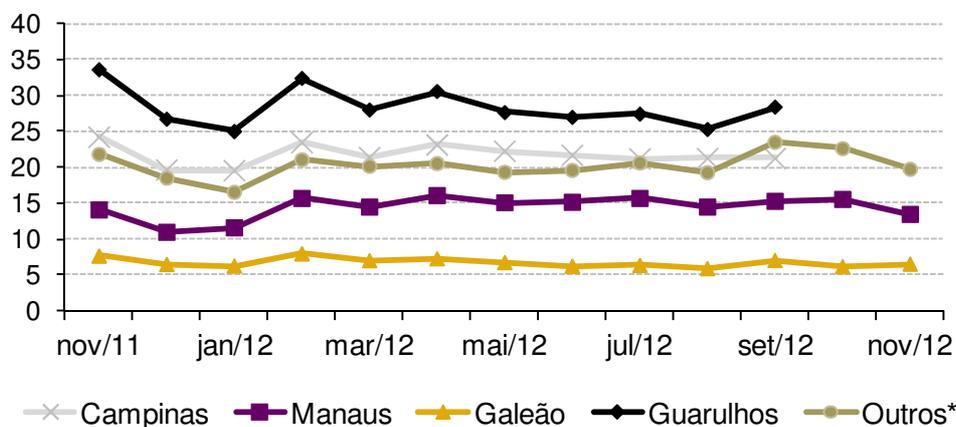
Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

Movimentação mensal de Passageiros
(mil)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

Carga Aérea nos Principais Aeroportos¹ (mil toneladas)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

¹ Dados referente a carga movimentada na Rede de Terminais de Logística de Carga (TECA).

* 30 demais aeroportos da rede TECA não mencionados

Movimentação Mensal e Acumulada de Passageiros nos Aeroportos*

Ano	Jan-Dez (mil)	Varição (%)	Dezembro (mil)	Varição (%)
2003	71.216	-	6.427	-
2004	82.706	16	7.748	21
2005	96.079	16	8.832	14
2006	102.185	6	8.904	1
2007	110.570	8	10.120	14
2008	113.264	2	9.910	-2
2009	128.136	13	12.530	26
2010	155.364	21	14.685	17
2011	179.901	16	16.078	9
2012	191.618	7	15.662	-3

Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero.

* Aeroportos gerenciados pela Infraero (66 aeroportos).

6.3. Cargas Ferroviárias (ANTT)

A movimentação de mercadorias nas ferrovias, em 2012, foi de 459 milhões de toneladas úteis (TUs), valor 1% superior ao observado em 2011. Nesse período, a movimentação de produção agrícola foi o setor que apresentou maior crescimento na movimentação de mercadorias transportadas por ferrovias (19%). O minério de ferro correspondeu a 76% do total movimentado em dezembro de 2012.

Movimentação de Mercadorias nas Ferrovias – Jan-Dez

Ano	2011	2012	Variação (%)
Mercadoria	Jan-Dez (mil TU)	Jan-Dez (mil TU)	
Minério de Ferro	343.180	348.124	1
Produção Agrícola (exceto soja)	19.221	22.932	19
Soja e Farelo de Soja	22.795	20.813	-9
Indústria Siderúrgica	16.220	16.395	1
Carvão/Coque	11.293	11.430	1
Combustíveis e Derivados de Petróleo e Álcool	9.970	9.756	-2
Grãos Minerais	10.756	9.094	-15
Aubos e Fertilizantes	5.372	5.383	0
Indústria Cimenteira e Construção Civil	4.955	4.560	-8
Extração Vegetal e Celulose	4.297	4.482	4
Cimento	3.733	2.998	-20
Container	2.420	2.456	2
Carga Geral - Não Containerizada	211	213	1
Total	454.423	458.636	1

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT

6.4. Participação dos Modos de Transporte no Comércio Exterior (MDIC)

Em dezembro de 2012, a movimentação total de exportação e importação realizada no Brasil foi de 62,6 milhões de toneladas, montante 1% inferior ao averiguado em dezembro do ano anterior. O modo marítimo continua apresentando a maior participação nas movimentações, com 96%.

De acordo com o MDIC, em 2012, a movimentação total de exportação e importação foi 1% inferior a observada em 2011.

Movimentação Total (exportação e importação) por modo

Modo	mil t		Variação %	
	dez/2012	jan-dez/2012	dez-2012 / dez-2011	Acumulado do ano
Marítimo	59.738	651.839	-1	0
Fluvial	799	13.372	-27	-20
Aéreo	118	1.358	0	-10
Ferroviário	54	627	-4	-7
Rodoviário	979	11.300	-5	1
Outros*	872	9.527	17	4
Total	62.560	688.023	-1	-1

Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC.

*Linha de transmissão, tubo-conduto, postal, próprio, lacustre.

7. Investimentos Privados em Infraestrutura

7.1. Desembolsos do BNDES

Em dezembro de 2012, o desembolso total realizado pelo BNDES na área de infraestrutura (refino e álcool, energia elétrica e gás natural, saneamento, telecomunicações e transporte) foi de R\$ 12,3 bilhões, valor 78% superior ao valor aportado em dezembro do ano anterior.

Em 2012, o desembolso do BNDES totalizou R\$ 54 bilhões, montante 5% inferior ao observado em 2011.

Desembolso mensal BNDES

Setor	dez/2011	jan-dez/2011	dez/2012	Participação %	jan-dez/2012	acum-12/acum-11
	R\$ milhão	R\$ milhão	R\$ milhão		R\$ milhão	%
Refino e Álcool	606	4.466	875	7	6.282	41
Energia Elétrica e Gás Natural	3.112	16.286	4.965	40	19.361	19
Saneamento	129	1.550	143	1	1.492	-4
Telecomunicações	359	3.108	3.138	25	4.836	56
Transporte	2.746	31.000	3.220	26	21.632	-30
<i>Aéreo</i>	10	395	515	-	546	38
<i>Aquaviário</i>	366	1.981	310	-	2.223	12
<i>Terrestre</i>	2.370	28.624	2.395	-	18.864	-34
Total Infraestrutura	6.952	56.410	12.341	100	53.604	-5

Fonte: Elaboração própria com dados do BNDES.

8. Execução do Orçamento da União (SIAFI)

8.1. Orçamento Geral e de Investimentos da União (Tabela I)

A dotação total autorizada para o Orçamento da União de 2012 foi de, aproximadamente, R\$ 2,2 trilhões. Deste valor, aproximadamente R\$ 114 bilhões correspondem à alínea “investimentos”, o que representa 5% do orçamento total de 2012 ou 3% do PIB de 2011, que totalizou R\$ 4,143 trilhões.

Entre os órgãos superiores, o Ministério dos Transportes detém o maior orçamento de investimentos, em valor absoluto e em relação ao orçamento total (R\$ 23,2 bilhões, ou 20% do orçamento de investimentos).

Do orçamento de investimentos da União para 2012, foram empenhados e liquidados, até o dia 31 de dezembro, R\$ 66,6 bilhões (58% do autorizado). O montante pago foi de R\$ 21,6 bilhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 46,9 bilhões.

8.2. Orçamento Geral e de Investimentos do Ministério dos Transportes (Tabelas I e II)

Do montante de R\$ 23,2 bilhões autorizados para os investimentos do Ministério dos Transportes em 2012, R\$ 13,8 bilhões foram empenhados e liquidados (60% do orçamento) até o dia 31 de dezembro. O montante pago foi de R\$ 4,6 bilhões. Os restos a pagar pagos somam R\$ 5,9 bilhões.

Cerca de 81% dos recursos autorizados para investimentos do Ministério dos Transportes (R\$ 18,7 bilhões) estão destinados ao setor rodoviário. O restante está dividido entre os setores ferroviário (R\$ 3 bilhões, ou 13%), hidroviário (R\$ 446 milhões) e portuário (apenas R\$ 77 milhões).

8.3. Restos a Pagar – Orçamento de Investimentos (Tabela III)

O Ministério dos Transportes inscreveu, em 2012, cerca de R\$ 176 milhões em restos a pagar processados. A União inscreveu, aproximadamente, R\$ 5,9 bilhões de restos a pagar processados. Em relação aos restos a pagar não-processados, o Ministério dos Transportes tem R\$ 10,4 bilhões inscritos, enquanto a União tem R\$ 51,5 bilhões de restos a pagar não-processados inscritos para 2012.

Do volume total de restos a pagar inscritos pelo Ministério dos Transportes, 62% foram pagos até 31 de dezembro (excluídos os cancelamentos). No caso da União, os pagamentos correspondem a 49% do total de restos a pagar inscritos.

9. Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (SIAFI) (Tabela IV)

Para 2012, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC apresenta dotação de R\$ 72,8 bilhões no orçamento da União, de acordo com o SIAFI. Desse total, foram alocados 31% no Ministério das Cidades (R\$ 22,8 bilhões) e 33% no Ministério dos Transportes (R\$ 20,8 bilhões), principais executores do chamado “PAC Orçamentário”, que considera somente os recursos do Orçamento Geral da União.

No âmbito do PAC, a União empenhou e liquidou 73% do orçamento autorizado, até 31 de dezembro. O pagamento realizado foi de R\$ 17,5 bilhões. Os restos a pagar pagos somaram, aproximadamente, R\$ 18,2 bilhões. Restam R\$ 17 bilhões em restos a pagar não pagos nos projetos do PAC Orçamentário.

10. Execução do Orçamento das Estatais (MPOG) (Tabela V)

Em 2012, as empresas estatais e agências de fomento apresentaram dotação autorizada para investimentos no valor de R\$ 105,6 bilhões. Foram executados, em 2012, investimentos no valor de R\$ 97,9 bilhões, equivalentes a 93% da dotação autorizada para 2012. Esse valor foi 19% superior ao desembolsado em 2011.

Em relação às Estatais vinculadas ao Ministério de Minas e Energia, a dotação de investimentos para 2012 foi de R\$ 96 bilhões. As despesas totais realizadas foram de cerca de R\$ 91,8 bilhões, o que representa uma execução de 96% do autorizado para o Ministério e 94% do total executado.

A Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) investiu R\$ 1,4 bilhão em 2012, o equivalente a 80% dos R\$ 1,7 bilhão de orçamento. O valor representa recorde de investimentos desde, pelo menos 2000.

Entre as empresas estatais, o Grupo Petrobras concentrou 82% da dotação autorizada para as Estatais em 2012 e respondeu por 88% da despesa realizada em 2012, num total de R\$ 85,9 bilhões (execução de 99% de sua dotação).

ANEXOS

Tabela I - Execução Orçamentária da União - OGU 2012 Investimentos - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 31/12/2012*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	1.712	524	31	524	31	66	4	432	498	300
MAPA	1.907	896	47	896	47	68	4	606	674	295
MCT	2.321	1.093	47	1.093	47	358	15	528	886	408
MDIC	0	0	-	113	-	56	-	53	109	25
MME	169	77	45	77	45	24	14	27	52	6
M. Transportes	23.166	13.827	60	13.827	60	4.621	20	5.877	10.499	3.671
M. Comunicações	186	109	58	109	58	4	2	39	44	23
MMA	263	93	35	93	35	10	4	39	49	6
MDA	2.439	1.774	73	1.774	73	65	3	558	623	247
M. Defesa	13.928	11.511	83	11.511	83	5.344	38	2.811	8.155	801
M. Int. Nacional	9.262	4.784	52	4.784	52	1.322	14	1.823	3.145	2.701
M. das Cidades	11.742	6.505	55	6.505	55	1.152	10	2.845	3.997	7.256
Outros**	47.486	25.470	54	25.356	53	8.460	18	9.683	18.144	10.986
Total	114.581	66.663	58	66.663	58	21.550	19	25.323	46.874	26.725

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

** Inclui Câmara dos Deputados, Senado, TCU, STF, STJ, Justiça Federal, Justiça Militar, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho, Justiça do DF e Territórios, Ministério Público da União, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério da Previdência Social, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e do Emprego, Ministério da Cultura, Ministério do Esporte, Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Social.

Tabela II - Execução Orçamentária do Ministério dos Transportes – OGU 2012 Investimentos – Por Modalidade

Valores em final de período - atualizados até 31/12/2012*

R\$ milhão

Modalidade	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Ferrovário	3.042	1.542	51	1.542	51	488	16	597	1.086	938
Hidroviário	446	133	30	133	30	18	4	77	94	159
Portuário	77	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Rodoviário	18.721	11.701	62	11.701	62	4.020	21	5.075	9.095	2.353
Outros	880	452	51	452	51	95	11	129	224	221
Total	23.166	13.827	60	13.827	60	4.621	20	5.877	10.499	3.671

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela III - Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos em 2012

Restos a Pagar Processados

Valores em final de período - atualizados até 31/12/2012* R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	176	-5	99	72
União	5.869	-661	1.871	3.337

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Restos a Pagar Não-processados

Valores em final de período - atualizados até 31/12/2012* R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	10.422	-1.045	5.778	3.599
União	51.517	-4.677	23.453	23.388

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela IV - Execução Orçamentária da União - OGU 2012 PAC - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 31/12/2012* R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	2.838	1.621	57	1.621	57	618	22	220	837	183
M. Planejamento	1.715	1	0	1	-	0	-	0	0	0
MAPA	0	1	-	1	-	0	-	1	1	0
MCT	154	116	-	116	-	19	-	12	31	0
M. Fazenda	107	80	75	80	75	0	0	550	550	80
MEC	6.674	6.021	90	6.021	90	3.222	48	606	3.827	457
MME	22	27	120	27	120	5	20	0	5	0
M. Justiça	352	206	58	206	58	66	19	68	134	99
M. Saúde	3.119	2.005	64	2.005	64	630	20	750	1.380	2.299
M. Transportes	20.803	13.845	67	13.845	67	4.601	22	5.045	9.646	3.523
M. Cultura	559	328	59	328	59	70	13	13	84	35
MDA	1.389	1.258	91	1.258	91	0	0	193	193	2
M. Defesa	6.198	7.102	-	7.102	-	3.464	-	165	3.629	230
M. Integr. Nacional	6.024	3.804	63	3.804	63	1.201	20	1.041	2.242	1.286
M. Turismo	0	0	-	0	-	0	-	0	0	0
M. Cidades	22.844	16.672	73	16.672	73	3.622	16	9.569	13.191	8.789
Total	72.798	53.085	73	53.085	73	17.518	24	18.231	35.750	16.984

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela V - Orçamento de Investimentos – 2012
Estatais e Agências de Fomento

			R\$ milhão		
Por órgão: Ministérios	Dotação	Despesa realizada Até 6º bim.	Por Subfunção	Dotação	Despesa realizada Até 6º bim.
Minas e Energia	96.066	91.794	Produção Industrial	2.379	2.332
Comunicações	891	533	Energia Elétrica	8.787	6.351
Transportes ¹	0	0	Combustíveis Minerais	76.139	75.169
Defesa	7	7	Transporte Aéreo	1.548	1.217
Outros	8.653	5.539	Transporte Hidroviário	2.317	1.281
Total	105.618	97.873	Transportes Especiais	5.211	4.768

¹Refere-se, apenas, à Cia Docas do Maranhão - CODOMAR

Por Função	Dotação	Despesa realizada Até 6º bim.	Por Unidade	Dotação	Despesa realizada Até 6º bim.
Indústria	2.120	2.087	Grupo Eletrobrás	10.278	5.906
Comunicações	882	533	Grupo Petrobras	86.534	85.887
Energia	94.176	89.910	Cias DOCAS ²	1.132	394
Transporte	3.209	1.772	Infraero ²	1.729	1.347

Fonte: Portaria n.º 01/2013 do MPOG.

²Despesas alocadas na Presidência da República.

Documento elaborado com dados disponíveis até 08 de fevereiro de 2013.